

Caderno Publicações Digitais Diário do Acionista, 01 de setembro de 2023.

RTS RIO S.A. CNPJ 04.050.750/0001-29

Balanços patrimoniais Em 31/12/22 e 2021 (Em MR\$) Nota 31/12/22 31/12/21 Ativo 405.073 445.887 Consolidado 31/12/22 31/12/21 346.237 396.517 239.780 283.639 445.887 328.512 396.517 283.639 Circulante 292.939 Caixa e equivalentes de caixa 53.535 21.162 54.223 17.604 53.535 2.754 54.224 17.604 Contas a receber Adiantamentos Impostos a recuperar Estoques 8.943 76.054 499 11.136 75.258 75.258 243 Outros créditos 34.750 **112.134** 50.812 **117.374** Dividendos a receber 10 106.457 112.878 Não circulante 336 199 mpostos a recuperar 336 199 Depósito judicial Investimentos 17 10 11 10.662 10.662 100.934 106.687 105.919 112.853 Intangível Passivo e patrimônio líquido 445.887 210.596 109.511 Fornecedores Empréstimos e financiamentos 10.445 11.822 6.662 12.259 7.535 16.529 6.662 12.259 735 Obrigações trabalhistas mpostos a pagar 735 824 4.915 Parcelamentos fiscais 1.324 824 4.915 Adiantamento de clientes Estoque de terceiros 636 4.068 19 20.3 82.912 71.312 3.649 Outras obrigações 59.597 Dividendos a pagar Juros sobre capital próprio 64.853 64.853 71.312 505 195 505 195 Passivo de arrendamento Encargos fin s/ aluguel DDU Não circulante 40.236 58.468 40.236 Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos 35.947 336 35.947 336 13 53.128 Provisão de contingência 17 16 1.285 3.586 165 3.886 168 3.586 Leasing DDU - LP 165 176.823 Patrimônio líquido 196,238 196,490 Capital Social 10.000 10.000 10.000 Reserva de lucro 2.000 2.000 2.000 184,238 164.823 184.238 Lucros acumulados 164.823 176.823 196.238 Participações não controladores
 Nota
 31/12/22
 31/12/22
 31/12/21
 31/12/22
 31/12/21

 21
 47.050
 172.959
 98.261
 236.426
 Demonstrações do resultado em 31/12/22 e 2021(Em MR\$) Receita líquida Custo dos produtos vendidos e serviços prestados Resultado de equivalência patrimonial **Despesas operacionais** Pessoal (21.137) (14.422) (5.471) (11.523) (21.137) (17.539) (4.288) (10.088) (11.129) (4.288) (5.471) (18.899) (10.342) (13.466) Comerciais Gerais e administrativas Depreciação Resultado antes do resultado financeiro Receitas financeiras **21.477 150.494 27.945 158.674** 13.011 6.073 13.011 6.073 10.099) (16.983) (10.099) (16.983) 2.913 (10.910) 2.913 (10.910) 24.390 139.584 30.858 147.763 Despesas financeiras Resultado financeiro líquido Lucro antes do IR e da C.S. - (32.080) (5.759) (39.222) **24.390 107.504 25.099 108.541** Lucro líquido do exercício Resultado atribuível a: Acionistas controladores 24.390 107.504 709 1.037 Acinistas não controladores Lucro líquido por ações 10,75 2,51 Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/22 e 2021(Em MR\$) Consolidado 31/12/22 31/12/21 25.099 108.541 Controladora 31/12/22 31/12/21 24.390 107.504 Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes 24.390 107.504 25.099 108.541 Total do resultado abrangente Demonstrações das Lucro Partic. dos mutações do patrimô-nio líquido individuais não contro-Re-(prej.) ladores no e consolidadas Capital serva acumu-(Em MR\$) Saldos em 31/12/20 Social Legal 10.000 2.000 lado Total 85.852 97.852 controladas 219 Lucro líquido do exercício 107.504 107.504 1.036 108.540 Ajustes de result. anteriores Dividendos obrigatórios (27.967) (27.967) Dividendos adcionais ntegralização do capital Saldos em 31/12/21 10.000 2.000 164.822 176.822 Ajustes de result. anteriores - <u>1.123</u> 1.289 179.234 - - 1.123 1.123 10.000 2.000 165.945 177.945 Saldos em 01/01/22 24.390 24.390 709 25.099 Lucro líquido do exercício (1.036) (7.012) Dividendos obrigatórios (5.976) (5.976)Dividendos adcionais 10.000 2.000 184.238 196.238 Saldos em 31/12/22 Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/22 e 2021(Em MR\$) Fluxo de caixa da atividade operacional Consolidado 31/12/22 31/12/21 34.300 110.282 Controladora 31/12/22 31/12/21 31/12/22 31/12/21 (17.221) 110.282 34.300 110.282 24.390 107.504 25.099 108.541 ucro líquido do exercício Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais Resultado de equivalência patrimonia (34.750) (50.812) 13.139 10.342 10.342 14.321 Depreciação e amortização (824) 1.623 6.829 3.575 (824) 1.623 Baixa do ativo imobiliz., líq. da depreciação 6.829 Perda estimada c/crédito de liquid. duvidosa Provisão de passivos tributários, cíveis e rabalhistas (889)1.001 (889) Juros sobre empréstimos e financiamentos 11.124 2.961 11.124 2.961 mento, sendo remanejados para curto prazo as parcelas correspondentes a 12 meses futuros. Mensalmente esses parcelamentos e atualizados conforme taxa aplicada pra-1.123 **24.541** 71.795 60.059 124.827 Resultado aiustado **(41.762)** (2.887) 38.487 (25.759) (14.544) ticada – SELIC. 3.12. Provisões de férias e encargos sociais: Provisão constituída com Variação de ativos e passivos (4.780) 4.490 (2.887) 14.850 base na remuneração dos empregados da Cia. e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo o FGTS e INSS correspondentes. 3.13. <u>Provisões para con-</u> Variação no contas a receber (3.559)Redução)/aumento em adiantamentos tingências: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a proces (2.529)Redução em impostos a recuperar (2.529)796 258 (11.952) 72.737 sos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seia feita para liquida /ariação no estoque 796 (11.952) a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da 6.283 Redução em outros valores (1.945)Redução)/aumento em depósitos judiciais probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das (195)leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua rele Redução em fornecedores (5.806)(5.806)1.299 vância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação do Advogado Externo. A provisão Red. yaum. em salários e obrigações sociais (872) (872)(4.270) é revisada e ajustada para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais Redução)/aumento em Impostos a pagar 3.692 (4.270)(9.988)Redução)/aumento em Impostos diferidos 336 Parcelamentos fiscais (1.447)identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.14.** <u>Apuração do</u> (889)(645) 206 resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos Aum./(redução) em adiantamento de clientes 188 188 (645)847 Aumento em estoque de terceiros Redução)/aumento em outras obrigações (23.314) (24.851) (31.744) 13.142 e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que 139 531 137 531 36.619 (39.388) (14.193) (39.388) benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Cia., quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos, e quando possa ser medida de maneira confiável, com Aumento no passivo de arrendamento

41.467 (23.523) equivalentes de caixa (23.523)Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31/12/22 e de 2021 (Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A RTS RIO S.A ("Cia." ou "RTS") é uma S.A. de capital fechado, com Sede na Rua Nossa Sra. das Graças, nº 943, Lt. 03, Ramos, na Cidade e Estado do RJ, que tem por objeto específico a exploração do ramo de importação e comércio atacadista de equipamentos hospitalares, odontológicos, laboratoriais e produtos correlatos (materiais hospitalares descartáveis), prestação de serviços de assistência técnica de equipamentos médicos cirúrgicos, laboratoriais, hospitalares e locação desses mesmos equipamentos, prestação de serviços de Engenharia Clínica e Civil com consultoria, assessoria e gerenciamento de projetos na área médico-hospitalar e execução de obra nédico-hospitalar, venda de softwares aplicáveis a equipamentos hospitalares, bem como a representação comercial sobre todos os itens acima descritos, comercializados pela Cia. A Cia. tem como controlada direta a Sociedade em Conta de Participação RTS RIO S.A – SCP, onde atua como sócio ostensivo. A RTS RIO S.A – SCP tem como objeto social a execução de projetos de fomecimento de serviços de gestão integrada de equipamentos para leitos de UTIs, nas Unidades Hospitalares no Rio Grande do Sul. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. <u>Declaração de conformidade</u>: As demonstrações contábeis individu-ais e consolidadas são de responsabilidade da Diretoria e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76 com alterações da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 18/08/23. **2.2.** <u>Base de mensuração</u>: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto guando indicado de outra forma. Certos ativos e instrumentos financeiros podem estar apresentados pelo valor justo. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico no qual a Cia. atua. Essas demonstrações contábeis ndividuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Cia. **2.4. <u>Conversão de moeda estrangeira</u>: Transações** em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **2.5.** <u>Base de consolidação:</u> (i) <u>Investimentos em controladas</u>: Controladas são todas as entidades nas quais a Cia. possui os seguintes atributos: (i) Poder sobre a investida; (ii) Exposição a, ou direitos sobre, retomos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; (iii) A ca-

pacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis

(39.388) (14.193)

(29.427) (43.630)

41.467 (23.523) 78.911 120.378

96.855 120.378 96.855 120.378

(20.050)

(6.665)

(3.649)

(14.935) (13.266) (14.935)

(14.764)

(3.377) 3.649

(29.427)

(3.377)

41.467 78.911

(14.193)

(20.050)

(6.665)

3.649)

Fluxo de caixa das ativid. de investimentos

Amortização do principal de empréstimos

Redução (aumento) líquida(o) de caixa e

Caixa e equiv. de caixa no início do exercício

Caixa e equiv. de caixa no final do exercício

Redução (aumento) líquida(o) de caixa e

Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos (42.921)

Dividendos recebidos

Aguisição de ativo imobiilzado

luros pagos sobre empréstimos

Juros sobre capital próprio

equivalentes de caixa

Dividendos pagos

da Cia. a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis adotadas pela controlada e estão alinhadas com as políticas adotadas pela Cia. A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Cia. e da seguinte controlada:

Controladas diretas

Participação (%)

Consolidação (%)

Consolidação (%)

Consolidação (%)

Consolidação (%)

Consolidação (%)
 Controladas diretas
 Participação (%)
 Consolidação (%)

 RTS RIO S.A. – SCP
 98
 100

 (ii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quais quer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não rea-lizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cia. na Investida. 2.6. Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Diretoria da Cia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pres-supostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamen te divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas anualmente. 3. <u>Principais práticas contábeis</u>: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir: 3.1. <u>Caixa e equivalentes de caixa</u>: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos válores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 3.2. Instrumentos financeiros Classificação: A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes ca-Intarceiros classificação. A cia. classifica seus ativos lintarceiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no registro inicial das transações por seu valor histórico. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. São incluidos como ativo circulante e passivo circulante, exceto aqueles com praza de vencimento superior a 12 meses apés a data de emissão de balance (estas prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes e passivos não circulantes). Reconhecimento e mensuração: Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. 3.3. Contas a receber Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Cia. As contas a receber são reconhecidas pelo valor faturado, registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses créditos, quando aplicáveis As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Diretoria para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas. 3.4. Estoques: São registrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os custos desses estoques são reconhecidos no resultado quando da utilização na prestação dos serviços. 3.5. Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, *pro rata dia.* **3.6.** <u>Investimentos</u>: Os investimentos na controlada são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional nas demonstrações contábeis individuais e, as demonstrações contábeis dessa controlada direta é consolidada linha a linha nas demonstrações contábeis consolidadas da Cia. 3.7. Imo-<u>bilizado</u>: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acu- mulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluidos no valor contábil do ativo, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados

ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Descrição - Vida útil:** Computadores e periféricos: 5 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Instalações: 10 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Benfeitorias em imóveis de terceiros - pelo prazo do contrato: 5 anos. **3.8. Fomecedores e outras contas a pagar**: As contas a pagar aos fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrá rio, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicial-mente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 3.9. Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. **3.10.** <u>Provisões</u>: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões vavel que um recurso economico seja requendo para saldar a obrigação. As provisoes são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.11. <u>Tributação: IR e C.S.</u>: Os Impostos sobre a Renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A tributação sobre o lucro compreende o IRPJ e a CSLL. O IR é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a C.S. é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competância, portanto adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente pão de competência, portanto adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos guando aplicá 11.525 vel. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa com IR e C.S. representa somente os impostos correntes. <u>Parcelamentos fiscais</u>: Correspondem aos valores aprovados pelos órgãos competentes, em relação aos progra-mas de refinanciamento e ou parcelamentos espontâneos. Tais parcelamentos são apropriados a LP conforme calendário de pagamento instituído pela norma de parcela-

impostos ou encargos. <u>Receita financeira</u>: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, a Cia. reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. 3.15. <u>Distribuição de dividendos</u>: A distribuição de dividendos para os Administradores da Cia. é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em obrigatorio son tente e provisionado na data en rique sad aprovados peros aconistas, estretes assembleia geral. 4. Novas normas e interpretações: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: a) Contratos onerosos – custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37/CPC 25): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/01/22 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina especificamente quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b)** Alteração na Norma IAS 16/CPC 27 - imobilizado: Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se endidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. c) <u>Melhorias anuais nas</u> <u>Normas IFRS 2018-2020</u>: Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/ CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/ .PC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo. <mark>d) <u>Alteração na Norma IFRS</u> /CPC 15: Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS.</mark> ovas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31/12/22: Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se naverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Cia., a saber: **a)** <u>Altera</u>-<u>ção na norma IAS 8/CPC 23</u> – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas" demonstrações contábeis sujeitos à incer-teza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 1°/01/23; **b)** <u>Alteração</u> <u>na Norma IAS 12/CPC 32</u> – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicia do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação efetiva para períodos iniciados em ou após 1°/01/23; **c)** <u>Alteração na Norma IFRS 17.</u> <u>CPC 50</u> – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros para períodos iniciados em ou após 1º/01/23; **d)** <u>Alteração na Norma IFRS 16/CPC 06</u> – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados

em ou após 1°/01/24; **e)** <u>Alteração na Norma IAS 1/CPC 26</u>: **a.** <u>Classificação de passivos</u> como circulante ou não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem conside-rados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 1°/01/24. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado

como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação

atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relató-

rio. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro

bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram original

mente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º/01/23. No entanto, em função

dos impactos das COVID-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de re-

base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e

é provável que as informações sobre a política contábil devem ser consideradas relevan tes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados en ou após 1°/01/23, com aplicação anterior permitida. A Diretoria da Cia. está avaliando os impactos das novas normas e alterações listadas acima e entende que sua adoção não provocará impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas 5. Caixa e equivalentes de caixa 31/12/22 31/12/21 31/12/22 31/12/21

	Controlado	ora	Consolidado		
Caixa e Bancos	2.207	73.103	2.207	73.103	
Aplicações	94.648	47.275	94.648	47.275	
Total	96.855	120.378	96.855	120.378	
As aplicações financeiras referen tificados de Depósitos Bancários inteligente, com a conveniência o débitos em conta corrente.	(CDBs), com renta	abilidade dia	ária e baixa	automática	
6. Contas a receber	Contro	Controladora		lidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	
Contac a Pacahar	63 008	61 111	63 008	61 112	

	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	
Contas a Receber	63.998	61.111	63.998	61.112	
(-) Perda estimada em créditos de					
liguidação duvidosa - PECLD	(10.463)	(6.888)	(10.463)	(6.888)	
Saldo em 31/12/22	53.535	54.223	53.535		
Os valores componentes das	contas a rece	eber têm c	seguinte	prazo de	
recebimentos (aging list):	Controla	dora	Consolidado		
(0 0)	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	
À vencer a té 30 dias	9.516	19.619	9.516	19.619	
de: 31 a té 90 dias	2.930	10.369	2.930	10.369	
de: 91 a té 150 dias	1.717	6.216	1.717	6.216	
de: 151 a té 350 dias	2.954	4.967	2.954	4.967	
acima de 360 dias	46.879	19.940	46.879	19.941	
(-) Perda estimada em créditos de					
liquidação duvidosa - PECLD	(10.463)	(6.888)	(10.463)	(6.888)	
	53.535	54.223	53.535	54.224	
A movimentação da Perda Estimado	da em Crédito de	Liquidação	Duvidosa (I	PECL D) no	

A movimentação da Perda Estimada em Credito de Liquidação Duvidosa (PECLD) no exercício de 2022 está demonstrada a seguir: **Controladora - Consolidado:** Saldo en 31/12/21: **6.883**; (-) Baixa clientes PECLD 2022: (1.128); Provisão PECLD 12 2022 4.708; Saldo em 31/12/22: **10.463**. (*) Foi feito a provisão de PECLD em 2022 no valo de 3.719 somente para os casos de empresas não ligadas aos órgãos públicos, pois c valor total de empresas sem fluidez monetária por mais de 360 dias no período referenta ao ano de 2022 é de 19 milhões. 7. Adiantamentos
 Controladora
 Consolidado

 31/12/22
 31/12/21
 31/12/22
 31/12/21

 - 343
 - 343

Adiantamento de Salários

Estoque de terceiros em nosso poder

i	Adiantamento de Férias	362	-	362	
	Adiantamentos p/ Despesas c/ Viagens	5	9	5	
	Adiantamentos a fornecedores nacionais	2.235	2.291	2.235	2.29
î	Adiantamento a sócios	709	2.065	_	2.06
	Adiantamentos SCP	17.699	12.874	-	12.87
	Outros	151	22	151	2
		21.162	17.604	2.754	17.60
	8. Impostos a recuperar	Contro	ladora	Conso	lidado
	Impostos a recuperar	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
١	IR Retido na Fonte a Compensar	179	83	179	8
•	CSLL Retida na Fonte a Compensar	64	46	64	4
	INSS Retido na fonte a compesar	37	54	37	5
	ICMS a Recuperar	5.060	6.268	5.060	6.26
•	IPI a Recuperar	1.402	1.766	1.402	1.76
	IRPJ a Recuperar	1.018	1.343	1.018	1.34
:	CSLL a Recuperar	376	406	376	40
٠	IRPJ a Recuperar LP	247	1-	247	
	CSLL a Recuperar LP		-	89	
	IRRF aplicação financeira a compensar	89	-	-	
	IRRF aplicação financeira a compensar	2.130	12	2.130	
	ICMS Antecipação Operacional	740	-	740	
	Impostos na transferência de estoques	3	-	3	
	Outros impostos a recuperar	126	233	126	23 10.19
ì	Total	11.472	10.199	11.472	10.19
	Circulante			11.136	
	Não circulante			336	
٠	9. Estoques	Contro	ladora	Conso	
٠		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
į	Mercadorias	66.422	68.394	66.422	68.39
	Importações em andamento	1.842	2.020	1.842	2.02
١	Transferências entre estabelecimento	117	1.097	117	1.09
	Nosso estoque em poder de terceiros	1.990	476	1.990	47

Total 75.258 76.054 75.258 76.056
(*) A rubrica "Estoque de terceiros em nosso poder" representa equipamentos de ter Total céiros em consignação e demonstração e os equipamentos em garantia que precisan ser devolvidos após a utilização a qual se destinaram, os quais estão sob a tutela da Empresa. 10. Investimentos: A Cia. tem como controlada direta a Sociedade em Conta de Participação RTS RIO S.A – SCP, onde atua como sócio ostensivo. As informações

1	de l'allicipação IX l'O IX						
-	sobre a investida em 31	1/12/22 e 2	021 estão	demonstrac	das no qua	dro a segu	ir:
-						Saldo em	31/12/22
6		Partici-				Patri-	
=		pação	Total de	Total de	Capital	mônio	Lucro
)		(%)	Ativos	Passivos	Social	Líquido	Líquido
8	RTS RIO S.A SCP	98%	64.073	53.159	10.914	10.914	35.460
)			64.073	53.159	10.914	10.914	35.460
)						Saldo em	31/12/21
		Partici-				Patri-	
1		pação	Total de	Total de	Capital	mônio	Lucro
)		(%)	Ativos	Passivos	Social	Líquido	Líguido
)	RTS RIO S.A SCP	98%	75.603	64.689	10.914	10.914	51.825
)			75.603	64.689	10.914	10.914	51.825

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir Controladora **31/12/22 31/12/21** 10.662 10.69 Saldo do investimento anterior Equivalência patrimonial no exercício 50.812 Dividendos a receber (34.750)(50.312)Integralização do capita 10.662 Saldo do investimento 10.662 11. Imobilizado Taxa de Saldo Baixa de Saldo

ı		I axa u	Saluo			Daixa ue	Saluo
ı		deprecia			Depre-	Depre-	líquido
ı	Descrição	ção %	em 202	1 xas	ciação	ciação	em 2022
ı	Imobilizado em andamento	0%	5.54	9 (5.850)	-	-	-
ı	Imóveis leasing - DU	20%	61	4 (606)	(655)	665	490
ı	Benfeitorias em Imóveis de						
ı	Terceiros	10%	3) -	(858)	-	7.384
ı	Equitos. de Informática	20%	7	4 -	(58)	: -	471
ı	Ferramentas	15%		2 -	· (1)	-	1
ı	Instalacoes	10%	4	3 -	· (9)	-	37
ı	Máquinas e Equipamentos	10%	3	3 -	(39)	-	623
ı	Móveis e Utensílios	10%	8	7 -	(26)	: -	527
ı	Equipamentos Médicos/				, ,		
ı	Hospitalares	10%	100.52	9(1.317)	(11.864)	279	91.289
ı	Veículos	20%	15		(39)		112
ı	Total		106.68	7 (7.773)	(13.549)	944	100.934
ı				Contro	oladora		
ı		Taxa de	Saldo			Baixa	Saldo
ı		depre-	líqui-			dede-	líquido

	Taxa de depre- ciação		Adi-		Depre-	Baixa dede- precia-	Saldo líquido em
Descrição	%	2020	ções	Baixas	ciação	ção	2011
Imobilizada em andamento	0%	37	5.627	(78)	-	-	5.549
Benfeitorias em Imóveis de				, ,			
Terceiros	10%	23	30	-	(24)	-	30
Equiptos. de Informática	20%	90	11	-	(27)	-	74
Ferramentas	15%	3	-	-	`(1)	-	2
Instalações	10%	55	_	-	(9)	-	46
Máguinas e Equipamentos	10%	39	6	-	(7)	-	38
Móveis e Utensílios	10%	167	_	(73)	(22)	15	87
Equipamentos Médicos/				, ,	, ,		
Hospitalares	10%	78.345	33.738	(1.613)	(10.697)	324	100.097
Veículos	20%	189	1		(39)	-	151
Leasing - DDU	20%	_	1.079		(465)		614
total		78.912	40.491	(1.764)	(11.291)	339	106.687
				nsolida			
	_						

			- 00	Histiliuat	<u> </u>		
	Taxa de depre-	Saldo				Baixa de De- pre-	Saldo líquido
	ciação	líquido	Adi-		Depre-	cia-	em
Descrição	<u>%</u>	em 2021	ções	Baixas	ciação	ção	2022
mobilizado em andament	0	5.549	301	(5.850)	-	-	-
móveis leasing - DU	20%	614	473	(606)	(655)	665	490
Benfeitorias em Imóveis				,	, ,		
e Terceiros	10%	30	8.212	-	(858)	-	7.384
quiptos. de Informática	20%	74	455	-	(58)	-	471
erramentas	15%	2	-	-	(1)	-	1
nstalações	10%	46	-	-	(9)	-	37
/láquinas e Equiptos.	10%	38	624	-	(39)	-	623
Nóveis e Utensílios	10%	87	466	_	(26)	-	527
mobilização p/ locação Equipamentos Médicos/	10%	6.165			(316)		5.849
lospitalares	10%	100.098	3.663	(1.317)	(11.864)	279	90.858
/eículos	20%	151		-	(472)	-	(321)
otal		112.853	14.193	(7.773)	(14.298)	944	105.919
			С	onsolida	ado		

	_		C	onsolid	ado	,	
Descricão	Taxa de depre- ciação %		Adi-	Baixas	Depre-	Depre-	Saldo Líquido em 2021
Imobilizada em andamento	0%	-	5.627	(78)	-	-	5.549
Benfeitorias em Imóveis de							
Terceiro	10%	23	30	-	(24)		30
Equiptos. de Informática	20%	90	11	-	(27)	-	74
Ferramentas	15%	3	-	-	(1)		2
Instalações	10%	55	-	-	(9)	-	46
Máquinas e Equipamentos	10%	39	6		(7)	-	38
Móveis e Utensílios	10%	167	-	(73)	(22)	15	87
Equipamentos Médicos/				, ,	, ,		
Hospitalares	10%	78.345	33.739	(1.613)	(10.697)	324	100.098
Veículos	20%	189	1	-	(39)	-	151
Imobilizado p/ locação	10%	7.347		-	(1.182)		6.165
leasing - DDU	20%		1.079		(465)		614
total		86.259	40.492	(1.764)	(12.473)	339	112.853



Caderno Publicações Digitais Diário do Acionista, 01 de setembro de 2023.

	4	RTS		RTS RIO S.A. CNPJ 04.050.750/0001-29								
12. Fornecedores			31/12/22	Controlado	ra 31/12	2/21		31/1	2/22	nsolidado	31/12/21	
Fornecedores Nacionais Fornecedores Estrangeir	ros			2.903 1.736		9.	763 682		2.9 1.7			9.763 682
Total de Fornecedores 13. Empréstimos e financia	<u>amentos</u>			4.639		10.4	445		4.6	39		10.445
			Taxa a.m	venci-		Princi-		do pe-	Amor- tização	Amor- tização		
Caixa Econômica Federal	CEF 2510	Programa Emergencial	Acesso Crédito 0,65%		5.689	pal 4.800	(888)	ríodo	(1.324)	dos juros (248)	2.453	3.494
Banco Safra Banco itaú	Safra 6436 Itaú 0360	Programa Emergencial Programa Emergencial	Acesso Credito 0,669 Acesso Crédito 0,869	6 17/09/24 6 24/08/24	5.940 8.713	5.000 7.290	(940) (1.423)		(1.369) (1.986)	(271) (503)	2.689 4.097	3.620 5.637
Banco Nacional do De- senvolvimento Econômi- co e Social - BNDES	BNDES 20900271	Empréstimo Eme	ergencial 0.589	15/05/25	70.420	E0 000	20.420	11 124	(15 271)	(E 649)	40.122	52.200
Circulante	20900271	Empresumo Eme	ergericiai 0,56	6 15/05/25 Total					(20.050)	(5.648) (6.671)	49.361 13.414	64.951 11.822
Não Circulante				22. Custo	dos pros	lutos vor	adidos o	Col	ntroladora		35.947 Consolida	53.128
Os empréstimos acima for pital de giro. Todos os empr	réstimos forar	n realizados em Reais e n	não possuem cláusulas	serviços pre	estados:	90		31/12/2 (8.5		2/21 31/1	2/22 3	1/12/21 (14.493)
restritivas (covenants). A r está demonstrada a segui		Controladora	a Consolidado	Custos de l Custos de	Locação	de Bens			14) (9	.492) (6.414) 1.195)	(9.492) (1.213)
Saldo em 31/12/		31/12/22 64.9		total 23. Despes			ou .	(16.1		.198) (1		(25.198)
Juros do período Amortização dos juros		11.1 (20.0) (6.6)	50) (20.050)	Pessoal Salários	40 00111	, o o o o a i		31/12	2/22 31/	12/21 31/		1/12/21 (6.425)
Amortização do principal Saldo em 31/12/ 14. Obrigações trabalhista	ne.	49.3 Controladora		Horas Extra Férias	as					(7)	(1.071)	(7) (1.235)
Salários Encargos e Pro Remuneração de pessoal	visões	31/12/22 31/12/21 4.292 4.512		13º Salário Aviso Prévi	0			,	(785) (42)	(897) (81)	(785) (42)	(897)
Beneficio de Pessoal Encargos de Pessoal		1.306 1.448 1.046 1.548	1.306 1.448 1.046 1.548	Indenização Comissões	de Vend		encargos	(1	(1) (.648) ((1) (1.648)	(1.025) (3.998)
Outras Remunerações Total		18 27 6.662 7.535	18 27 6.662 7.535	Gratificaçõe Pro-Labore					(69) (325)	(73) (325)	(69) (325)	(73) (325)
(*) Os encargos de pesso pagamento da Cia.	al se referem			Encargos s benefícios				(2	.887) (2.557)	(3.642) (2.887)	(4.387) (2.557)
15. Impostos a pagar A recolher	Con 31/12/22	troladora 31/12/21 31/1	Consolidado 2/22 31/12/21	Outros gas								(127) (21.137)
Impostos Federais Impostos Estaduais		1.820	11.266 14.689 966 1.820	24. Despes	S	5225 30	Einanasi			31/12/21 3		31/12/21
Impostos Municipais Total	12.2	27 20 59 16.529	27 20 12.259 16.529	PJ - Serviç PJ - Serviç PJ - Serviç	os de Re	presenta	ção Con	nercial	(1.192) (945) (1.029)	(1.057) (8.913) (1.015)	(1.192) (945) (1.029)	(1.057) (8.913) (1.015)
16. Parcelamentos fiscais	Cor 31/12/22		Consolidado 12/22 31/12/21	PJ - Serviçi PJ - Serviçi	os de Lo	cação de	Veículos	5	(950) (54)	(51) (41)	(950) (54)	(51) (41)
Impostos Estaduais Impostos Federais		- 687 40 -	- 687 40 -	PJ - Serviç PF - Serviç	os Gerais	3	1.		(111) (7)	(47) (5)	(111) (7)	(47) (5)
Programa Refis	4.3	281 4.523 321 5.210	4.281 4.523 4.321 5.210	Total 25. Despes			istrativas	- C		(11.129)		(11.129)
Circulante Não Circulante	3.5	735 1.324 586 3.886	735 1.324 3.586 3.886	Gerais e a	dministr	ativas	iloti di i vac	31/12	2/22 31/1	2/21 31/		1/12/21 (3.847)
(*)A Cia. realizou em agost vigentes possibilitando o a redução de juros e multa. E	aumento de p	razo para 145 meses, a	lém dos benefícios de	Propagand Provisões	a e mark	eting			(826)	(247)	(826) (6.662)	(247) (1.207)
para contingências: A Cia. judiciais de natureza tribut	, no curso nor	mal de suas atividades, e	stá sujeita a processos	Despesas (Gerais				(962) (068) ((9.792) (8.899)	(170) (5.471)
de seus assessores legais emitidos por especialistas,	e, quando apl	licável, fundamentada em	pareceres específicos	26. Resulta Receitas F			<u>ido</u>		Control 31/12/22	adora 31/12/21 3	Consoli 31/12/22 3	
to e determina a necessid Em 31/12/22, de acordo o	lade ou não c	le constituição de provisá	ão para contingências.	Rendiment Juros recel	oidos	aplicaçõ	es financ	eiras	11.889 686,09	3.031 813	11.889 686	3.031 813
processos em andamento	estão compo	ostas conforme a seguir:	31/12/22 31/12/21	descontos Variação ca Multas con	ambial				5 366 65	1.055 1.174	5 366 65	1.055 1.174
Trabalhista	0	-l-d	396 2.437 396 2.437	Despesas		iras		-	13.011	6.073	13.011	6.073
Trabalhista	Provável 396		nota Total 1.910	Despesa de Despesas l	e Juros s bancárias	obre o ca	apital pró	prio	(195)	(4.294) (313)	(195)	(4.294) (313)
A movimentação da provis	396	1.514	1.910	descontos Juros		os			(6) (8.615)	(9) (10.967)		(9) (10.967)
		rsões Pagamento A		Variação ca outras desp				-	(350) (934)	(1.279) (121) (40.000)	(350) (934) (40,000)	(1.279) (121)
1.285 Em 31/12/22 a Cia. poss	ui depósitos	(889) - judiciais vinculados às c	- 396 ontingências descritas	Total 27. <u>IR e C.S</u>	S · As doo	clarações	do ID ar			(16.983) (10.910)	2.913	(16.983) (10.910)
acima no valor de R\$ 199 sito judiciais referente as a	ações trabalh	istas de situação prováve	el. O total são de duas	sujeitas à re revisão e ev	evisão pe	las autori	dades fis	cais. Ou	tros impost	os estão igi	ualmente s	sujeitos à
ações, sendo uma na com outra na comarca de Porto	o Alegre em e	mbargos de execução. <u>P</u>	Processos judiciais não	a Cia. poss regime de t	uía o regi	me de trit	outação L	ucro Re	al e sua inv	estida, RTS	S Řio S.A.	-SCP, o
<u>provisionados</u> : Existem air envolvida, avaliadas pelos possível. O montante des	s seus consú	Itores jurídicos como sei	ndo de risco de perda	ção Lucro r	eal, e sua	investida	a lucro pre	esumido	Co	ntroladora		IR e C.S. Ilidado
nenhuma provisão foi cons Brasil não requerem sua co	stituída, tendo	em vista que as práticas	contábeis adotadas no	Base de cá	lculos do	CSLL so	obre o re	ceita bru		31/12/22 24.39	0	2/22 77.541
dicas, podendo, portanto, s de fatos ou eventos super	ser alterada n	o decorrer do andamento	dos processos, à vista	Adições Exclusões	.					7.98 (34.750	0)	7.988 (34.750)
18. Estoque em poder de t	terceiros	Controladora	Consolidado 31/12/22 31/12/21	Base de ca Lucro tribu Provisão pa	utável	IO CSLL			2	(2.372		50.779 50.779 1.531
Demonstração Garantia		1.308 1.089 29 -	1.308 1.089 29 -	Imposto ap	urado co			oresumic	lo		-	1.531 4.228
Locação Consignado		648 539 1.078 897	648 539 1.078 897	CSLL Luci					_			1.531 5.759
Comodato Assistência técnica	S2	476 396 1.377 1.147 4.915 4.068	476 396 1.377 1.147 4.915 4.068					31/12	ontrolador 2/22 31/1		Consolid 12/22 3	ado 1/12/21
19. Outras obrigações	31	Controladora	Consolidado 31/12/22 31/12/21	Resultado	ente	I.R. e C.	S.	24	- (2	3.582)	(4.228)	147.763 (28.827)
Outras contas a pagar Receita Diferida s/Comiss	8	509 4.640 - 1.349	509 4.640 - 1.349	CSLL- Con Total IR/CS				- 24	(3	2.080)	(5.759)	(10.395) (39.222) 108.541
Fundo de Reservas SCP Receb. Cliente SCP	3	8.412 - 50.677 76.923	- 26.264	28. Remun da Cia. tota	eração d	a Admini	stração: de R\$ 32	Em 31/1	2/22 e 202	21 a remune	eração da	Diretoria
Os montantes representan	n ajustes de o	59.597 82.912 ontas para manutenção d	509 32.253 la RTS Rio S.A. – SCP,	ração deco Cia. adota a	rrente de	pró-labo	re pagos	s no perí	odo citado.	29. Cober	tura de Se	guros: A
tendo a sua comprovação líquido: 20.1. Capital Socia em 31/12/22 e 2021 é de	al: O capital so	ocial subscrito e totalment	te integralizado da Cia.	montantes consideran	considera do a natu	ados pela reza de s	a Diretoria ua ativida	a como s ide. As p	suficientes remissas d	para cobrir e riscos ado	eventuais : otadas, dad	sinistros, las a sua
nominal de R\$ 1,00, cada	uma, distribuí	do da seguinte forma:		natureza, n consequen	temente,	não fora	m exami	nadas pe	elos nosso	s auditores	independe	entes:
Rogério Femeda R. Femeda Eirelli Participa	ações	9.8	300.000 98% 200.000 2%	Contrato 4	s Segura	idos	800	D	Cobertos &O to do conti			500.000 .155.002
20.2. Reserva legal: A rese		erá ser constituída mediar		Instalações Instalações	s FISP		1	ncêndio	e estqoues e estqoues	S	46.	150.000
do lucro líquido do exercício tuída, obrigatoriamente pel		e seu valor atinja 20% do C	Capital Social realizado.	30. Gestão foram deter	de risco f		: Os valo	res de m	nercado do	s ativos e p	assivos fin	anceiros
20.3. <u>Dividendos</u> : Dividendos pagos		<u>Controlado</u> 31/12/22 31/12 (12.557) (14.6	ra Consolidado 2/21 31/12/22 31/12/21 935) (12.557) (14.935)	de valorizaç de estimativ	/a poderã	io ter um	efeito dife	erente no	s valores e	stimados d	e mercado	. Basea-
Dividendos a pagar: Divide	endos anos a	(12.557) (14.9	935) (12.557) (14.935) 777 58.756 42.777	da nessa es equivale ap	roximada	amente a	seu valo	or de me	rcado. Em	31/12/22 e	2021 os p	rincipais
Dividendos propos tos - R Dividendos propostos - S	TS	6.097 27.	964 6.097 27.964 571 - 571	instrumento apresentad sivos financ	os ao seu	ı valor de	mercado	, que eq	uivale ao se	eu valor con	tábil; • <u>Ativ</u>	os e pas-
21. Receita liquida:		64.853 71. Controladora	312 64.853 71.312 Consolidado	pelos seus quando apli	valores o	originais,	sujeitos a	a provisã	io para per	das e ajust	e a valor p	resente,
Receita de Vendas de me		31/12/22 31/12/ 25.572 48.7	21 31/12/22 31/12/21 25 .572 48.721	derivativos, de derivativ	contratos	s a termo,	operaçõ	es de sw	ap, opções	s, futuros ou	mesmo op	perações
Receita de Locação de S Receita de Prestação de S		30.265 158.9 Ге́спіса 6.048 7.1	16 6.048 7.116	ciado às po exposição a	líticas de	utilização	de instr	umentos	financeiro	s derivativo	s. A Cia. a	oresenta
Receita de locação SCP Receita Operacional Bru (-) Devoluções da Receita		61.885 214.7 (2.438) (10.25	- 53.151 65.871 (99 115.036 280.670	liquidez; • R Cia. a cada	isco de m um dos ri	nercado; • scos mer	Risco ca ncionado	ambial. A s. Divulga	seguir info ações quar	rmações so ntitativas ad	bre a expo icionais se	sição da rão inclu-
(-) COFINS s/ Receitas O (-) PIS s/ Receitas Operac	peracionais	(4.393) (15.56 (956) (3.38	67) (5.988) (13.591)	ídas ao long políticas de	gerencia	amento d	e risco da	a Cia. sã	o estabele	cidas para i	dentificar c	s riscos,
(-) ICMS s/ Receitas Oper(-) ISS s/ Serviços		(5.438) (10.39 (261) (34	99) (5.438) (10.399) 49) (261) (349)	definir limite riscos são r e nas ativid	evisados	frequent	emente p	oara refle	etir mudanç	as nas con	dições de ı	mercado
(-) IPI s/ Receita Deduções da Receita Br		(1.348)(1.89 _ _(14.835)_(41.8 4	90) (1.348) (1.890) 40) (16.775) (44.244)	cumprir cor que são liqu	n as obri	gações d	de curto p	orazo as	sociadas c	om seus pa	assivos fin	anceiros
Receita Operacional Líq (*) Comparando com o a	no de 2021,	a queda da receita de lo		da Cia. na ao vencere	administr m, sob c	ação de ondições	liquidez e normais	é de gar s e de es	antir o cum stresse, sei	nprimento d m caușar p	e suas ob erdas inac	rigações eitáveis,
mercadorias, se deu pela r contratos governamentais				tampouco p	orejudica	r a réputa	ação da	Cia. Risc	o de merc	ado: É o ris	sco que al	terações

O mesmo ocorreu com a venda de equipamentos voltados para ventilação mecânica.

moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, como segue:
• Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado é convertido pela taxa de fechamento na data do balanço; •As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidos pelas tâxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativos das taxas vigentes nas datas das operações e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa vigente nas datas das operações);e •Todas as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em ajuste de conversão de investimento no exterior. <u>Mensuração dos instrumentos finan</u> <u>ceiros</u>: Os instrumentos financeiros da Cia. estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Cia. são equivalentes aos seus valores contábeis. 31. Outros assuntos: Em 08/02/23 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949,297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes deven ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, c STF entender que o pagamento é devido. A Diretoria avaliou com os seus Assessores lurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da diretoria suportada por seus Assessores Jurídicos e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/22. **32.** Eventos subsequentes: Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar a forma significativa às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Cia.

Rogerio Ferneda - Diretor Presidente

resultados e o balanço patrimonial da controlada, cuja moeda funcional é diferente da

Ricardo A. Ribeiro - TC CRC 074401/05 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: Aos Acionistas e Diretores da RTS Rio S.A. - RJ - RJ. <u>Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuai e consolidadas</u>: Examinamos as demonstrações contábeis da RTS Rio S.A. ("Cia." identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem balanço patrimonial em 31/12/22 e as respectivas demonstrações do resultado, do re-sultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com res salva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em odos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RTS Rio S.A, em 31/12/22, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Ausência de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das "Perdas de Crédito Esperadas" IFRS 9: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Cia. possui registrado na Rubrica "Contas a receber" o montante de R\$ 53.534 (individuais explicativa nº 6). dual e consolidado). No exercício de 2021, a Cia. passou a ser considerada como uma "entidade de grande porte" nos preceitos da Lei 11.638/07 e, portanto, sendo obrigada à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS completas. No entanto, até a data da emissão deste relatório de auditoria, a Diretoria da Cia. ainda não concluiu o estudo de avaliação dos possíveis impactos advindos da adoção da NBC TG 48 (CPC 48), que tem correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9, no que tange a identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação das perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, utilizando uma matriz de provisões conforme requerido pela referida norma. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, quantificar os possíveis efeitos que poderiam advir nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2022, caso a referida norma fosse adotada. Ausência de reconhecimento, mensuração, apresentação e di-vulgação dos impactos do IFRS 15: No exercício de 2018, entrou em vigor a NBC TG 47 (CPC 47) – Receita de Contrato de Cliente, que tem correlação com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15, para períodos anuais iniciando em/ou após 1°/01/18 A referida norma, em essência, dispõe como princípio básico que a Entidade deve reco-nhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços, considerando: a) A identificação do contrato com o cliente; b) A identificação das obrigações de desempenho no contrato; c) A determinação do preço de transação; d) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato, e e) O reconhecimento da receita no momento em que ou a medida em que a Entidade satisfaz a obrigação de desempenho. No exercício de 2021, a Cia. passou a ser considerada como uma entidade de "grande porte" nos preceitos da Lei 11.638/07 e, portanto, sendo obrigada à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS completas. No entanto, até a data da emissão deste relatório de auditoria, a Diretoria da Cia. ainda não havia concluído o estudo de avaliação dos eventuais impactos da adoção da referida norma. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, quar tificar os possíveis efeitos que poderiam advir nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2022. caso a referida norma fosse adotada Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis indi-<u>viduais e consolidadas:</u> A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresen tação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práti cas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações con-tábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Cia. e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. <u>Responsabilidades do auditor pela audito</u> ria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se cau sada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorcões podem ser deco rentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou er conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econĉ micas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis indiv duais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as norma brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os iscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedi mentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de audito ia apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião; • O risco de não detecçã de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações eitas pela Diretoria; •Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e. com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levanta dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atencã em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstraçõe contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as di vulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futura oodem levar a Cia. e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis ndividuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transacões e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; •Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspec os, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que dentificamos durante nossos trabalhos. RJ, 18/08/23.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F Cristiano Mendes de Oliveira - Contador - CRC 1 RJ 078157/O-2